



## **Senhores Participantes:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao 1º semestre de 2018, acompanhadas das notas explicativas, do parecer atuarial e do parecer dos auditores independentes, apresentadas na forma de Legislação Societária, bem como das normas e instrumentos provenientes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### **FATORES INFLUENTES NO DESEMPENHO DA MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

No 1º semestre de 2018 os custos operacionais e administrativos mantiveram-se em patamar aceitável, ambos restritos aos limites legais, o que não elide o empenho dos gestores e alta administração em buscar reduzi-los no próximo período.

O resultado verificado no 1º semestre de 2018 demonstra o acerto das intervenções estratégicas e técnicas por parte da administração do grupo. Ressalte-se que, a crise econômico-financeira do país vem exigindo severo controle e diminuição de custos, com isto conduzindo ao resultado positivo da empresa ao encerrar o exercício de 2018.

As ações de gestão, nos autorizam, apesar da crise econômica, a prever uma perspectiva otimista para o exercício do semestre de 2018.

### **PERSPECTIVAS E PLANOS PARA O 2º SEMESTRE DE 2018**

É intenção da atual gestão dar continuidade à política de austeridade, controle rígido de despesas previstas no orçamento e diretrizes aprovados pelo Conselho Deliberativo e Fiscal, cumprimento do planejamento estratégico, gerenciamento dos riscos e gerenciamento das operações comerciais para atingir as metas estabelecidas com as ações específicas de:

1. Manter durante o 2º semestre de 2018 uma política de aplicação financeira dos ativos excedentes conservadora e alinhada com as normativas do órgão regulador;
2. Dar cumprimento e acompanhamento periódico ao Planejamento Estratégico da empresa;
3. Dar cumprimento ao plano de negócios da empresa;
4. Acompanhar o orçamento da empresa e realizar de imediato eventual correção necessária;
5. Analisar e avaliar, on-line, o desempenho econômico das filiais e representações;
6. Realizar o acompanhamento ao processo de gerenciamento de risco, e
7. Buscar a melhoria contínua de processos e serviços.

Por fim destacamos o compromisso do MBM Previdência Complementar com a manutenção de rígidos padrões de segurança e liquidez evidenciando a eficiência das ações da atual Diretoria na gestão da entidade, bem como a intenção inequívoca de honrar integralmente com os contratos em vigor com respaldo nos pareceres atuarial, financeiro e contábil dos auditores independentes.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2018.

A DIRETORIA



<b>BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>	<b>96.540</b>	<b>96.390</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>55.845</b>	<b>52.915</b>
<b>Disponível</b>	<b>36.424</b>	<b>29.743</b>
Caixas e Bancos	214	640
Equivalentes de Caixa	36.210	29.104
<b>Aplicações</b>	<b>13.599</b>	<b>19.499</b>
Títulos de Renda Fixa	9.423	15.113
Quotas de Fundos de Investimentos	4.176	4.386
<b>Crédito das Operações com Previdência Complementar</b>	<b>1.249</b>	<b>1.308</b>
Valores a Receber	1.249	1.308
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>4.568</b>	<b>2.358</b>
Créditos a Receber	2.431	425
Adiantamentos a Funcionários	8	4
Créditos Tributários e Previdenciários	19	5
Adiantamentos Administrativos	100	50
Assistência Financeira a Participantes	1.960	1.822
Outros Créditos	265	52
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>5</b>	<b>7</b>
Despesas Administrativas	5	7
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>40.695</b>	<b>43.474</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>4.364</b>	<b>4.054</b>
Títulos e Créditos a Receber	4.364	4.054
<b>Investimentos</b>	<b>32.365</b>	<b>35.389</b>
Participações Societárias	30.933	33.931
Imóveis Destinados a Renda	1.431	1.457
<b>Imobilizado</b>	<b>3.964</b>	<b>4.029</b>
Imóveis de Uso Próprio	3.730	3.281
Equipamentos	17	16
Outras Imobilizações	25	534
Móveis, maquinas e utensílios	193	198
<b>Intangível</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Outros Intangíveis	2	2
*Em milhares de reais		



<b>BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Passivo</b>	<b>96.540</b>	<b>96.390</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>19.404</b>	<b>22.316</b>
<b>Contas a Pagar</b>	<b>774</b>	<b>303</b>
Obrigações a Pagar	569	150
Impostos e encargos sociais a recolher	71	69
Encargos trabalhistas	23	19
Impostos e Contribuições	112	65
<b>Débitos das Operações com Previdência Complementar</b>	<b>756</b>	<b>691</b>
Contribuições a restituir	707	641
Operações de repasse	3	23
Agentes e Correspondentes	46	27
<b>Depósitos de Terceiros</b>	<b>1.683</b>	<b>2.184</b>
Outros Depósitos	1.203	1.360
Valores a Reclassificar	480	824
<b>Provisões técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>16.191</b>	<b>19.138</b>
Planos Bloqueados	821	944
Planos Não Bloqueados	15.370	18.194
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>26.119</b>	<b>27.736</b>
<b>Provisões técnicas - Previdência Complementar</b>	<b>25.383</b>	<b>26.476</b>
Planos Bloqueados	2.041	2.369
Planos Não Bloqueados	23.342	24.107
<b>Outros Débitos</b>	<b>736</b>	<b>1.260</b>
Provisões Judiciais	736	1.260
<b>Patrimônio Social das Entidades de Previdência Complementar Sem Fins Lucrativos</b>	<b>51.017</b>	<b>46.338</b>
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>2.996</b>	<b>3.058</b>
Imóveis	2.996	3.058
<b>Reservas de Retenção de Superávits</b>	<b>7.427</b>	<b>7.427</b>
Reserva de Contingências e Benefícios	7.427	7.427
<b>Superávits ou déficits acumulados</b>	<b>40.593</b>	<b>35.853</b>
Resultados Positivos Acumulados	43.744	39.004
Resultados Negativos Acumulados	(3.151)	(3.151)
*Em milhares de reais		



<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Rendas de Contribuições e Prêmios	2	2
(-) Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(6)	(27)
<b>(=) Receita de Contribuições</b>	<b>(4)</b>	<b>(25)</b>
(+) Rendas com Taxa de Gestão e Outras Taxas	826	849
(-) Variação de Outras Provisões Técnicas	999	(558)
(-) Benefícios Retidos	(187)	(2.113)
(-) Custos de Aquisição	(604)	(676)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	527	(122)
(+) Contribuições para Cobertura de Riscos	7.233	7.611
(+/-) Variação das Provisões Técnicas	169	230
<b>(=) Prêmio Ganho</b>	<b>8.959</b>	<b>5.197</b>
(-) Sinistros Ocorridos	(4.355)	(4.417)
(-) Custo de Aquisição	(8)	(15)
(-) Despesas Administrativas	(5.895)	(4.120)
(-) Despesas com Tributos	(838)	(410)
(+) Resultado Financeiro	5.184	1.297
(+) Resultado Patrimonial	1.630	2.250
<b>(=) Resultado Operacional</b>	<b>4.678</b>	<b>(218)</b>
(+) Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	-	203
<b>(=) Superávit do Período</b>	<b>4.678</b>	<b>(15)</b>
*Em milhares de reais		



<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
Resultado Líquido do Período	4.678	(15)
<b>(+/-) Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>62</b>	<b>117</b>
Varição de Reserva de Reavaliação	62	117
<b>(=) Resultado Abrangente do Período</b>	<b>4.740</b>	<b>102</b>
*Em milhares de reais		



<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>4.678</b>	<b>(15)</b>
(+) Depreciações	107	110
(-) Res. Pos. Equiv. Patrim.	(1.593)	(2.197)
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>3.192</b>	<b>(2.102)</b>
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>		
Aplicações	5.900	633
Créditos Oper. Prev. Complementar	59	39
Títulos e Créditos a Receber - CP	(2.210)	883
Despesas Antecipadas	2	11
Títulos e Créditos a Receber - LP	(310)	(8)
Contas a Pagar	471	(1.833)
Débitos Oper. Prev. Complementar	65	68
Depósitos Terceiros	(501)	(616)
Provisões Técnicas Prev. Compl. - CP	(2.947)	2.529
Provisões Técnicas Prev. Compl. - LP	(1.092)	(201)
Outros Débitos	(524)	38
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.105</b>	<b>(557)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda de investimentos	-	55
Pagamento pela compra de imobilizado	(15)	(14)
Dividendos Recebidos	4.591	-
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO</b>	<b>4.575</b>	<b>41</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes</b>	<b>6.680</b>	<b>(516)</b>
<b>CAIXA E EQUIV. CAIXA</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>29.743</b>	<b>33.370</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>36.424</b>	<b>32.854</b>
*Em milhares de reais		



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO**

<b><u>DISCRIMINAÇÃO</u></b>	<b><u>RESERVAS DE</u></b>			<b><u>TOTAL</u></b>
	<b><u>REAVALIAÇÃO</u></b>	<b><u>RETENÇÃO DE SUPERÁVITS</u></b>	<b><u>SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS</u></b>	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30/06/2017</b>	<b>3.236</b>	<b>6.314</b>	<b>33.809</b>	<b>43.359</b>
<b>Realização Reserva de Reavaliação</b>	<b>(178)</b>	<b>-</b>	<b>125</b>	<b>(54)</b>
Realização	(124)	-	134	11
Baixa por venda do imóvel	(63)	-	-	(63)
Baixa	8	-	-	8
<b>Superávit do Período</b>			<b>3.033</b>	<b>3.033</b>
Reservas para Contingências de Benefícios		1.113	(1.113)	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2017</b>	<b>3.058</b>	<b>7.427</b>	<b>35.853</b>	<b>46.338</b>
<b>Realização Reserva de Reavaliação</b>	<b>(62)</b>	<b>-</b>	<b>61</b>	<b>( )</b>
Realização	(62)	-	61	( )
Baixa por venda do imóvel	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-
<b>Superávit do Período</b>			<b>4.678</b>	<b>4.678</b>
Reservas para Contingências de Benefícios		-	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30/06/2018</b>	<b>2.996</b>	<b>7.427</b>	<b>40.593</b>	<b>51.016</b>

\*Em milhares de reais



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### **1 – Contexto Operacional**

A MBM Previdência Complementar é uma entidade aberta de previdência complementar, sem fins lucrativos que tem por objetivo a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários de pecúlio e renda, atuando em todo o território nacional

**a) Riscos Similares** - A estrutura de gestão de riscos da Entidade considera a similaridade dos riscos transferidos (ou características de riscos similares) pelos seus contratos nos planos em que opera, bem como a experiência acumulada ao longo dos anos para lidar com os riscos aos quais está exposta.

### **2 – Apresentações das Demonstrações Contábeis**

#### **a) Conformidade**

As Demonstrações Contábeis compreendem o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultado, de Resultado Abrangente, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido e foram elaboradas de acordo com as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e em conformidade com a Cir. SUSEP nº 517/2015 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pela SUSEP e CNSP.

#### **b) Estimativas e julgamentos**

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente.

#### **c) Comparabilidade**

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 21 e instruções do órgão regulador.

#### **d) Continuidade**

A Administração avaliou a habilidade da Entidade em continuar operando normalmente e tem convicção de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, também não identificando nenhuma incerteza material que gere dúvidas acerca da capacidade operativa e continuidade dos negócios da Entidade.

### **3 – Principais Políticas Contábeis**

Das estabelecidas por resoluções do CNSP da SUSEP, merecem destaques:

**a) Receitas e Despesas** – São escrituradas pelo regime de competência;

#### **b) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

A administração revisa, mensalmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais exigências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



**c) Depreciação** – O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens (Imóveis - 4% a.a; Equipamentos, Móveis, Máquinas e Utensílios – 10% a.a; Veículos e Equipamentos de Sistemas de Processamento de Dados – 20% a.a);

**d) Provisões**

**d.1) Provisões Técnicas** - As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº321/2015 e da Cir. SUSEP nº 517/2015, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela SUSEP. Em relação as datas base de 31 de Dezembro, são devidamente auditadas pela Auditoria Atuarial Independente.

**d.2) Provisões Judiciais** - Nos casos das demandas judiciais, a entidade segue um modelo para constituição que prima pelo atendimento ao risco de perda da ação e correspondente desembolso.

**Classificação do Risco:**

No caso dos processos judiciais, o provisionamento dependerá da classificação do risco feita pela área jurídica, e do estágio em que se encontra o processo. Na forma preconizada na Subseção XXIII – Das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Artigo 192 da Cir. SUSEP nº. 517/15, e com fundamento nas disposições constantes no Pronunciamento CPC nº. 25, as provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base na probabilidade de saída de recursos de liquidação das obrigações. A entidade adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável, e, para fins de provisão de sinistros a liquidar, seguindo o previsto em nota técnica atuarial.

Provisão PSL Judicial

	Quantidade	Estimativa
Demandas Judiciais	47	6.989

Provisão PVR Judicial

	Quantidade	Estimativa
Demandas Judiciais	8	293

\*Em milhares de reais

**e) Avaliação de Ativos e Passivos:**

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**f) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)**

Em cada data-base de balanço, a Entidade elabora o Teste de Adequação dos Passivos – TAP de todos os contratos que atendam à definição de contrato de seguro, cujos riscos tenham sido assumidos até a data de sua execução. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos desses contratos, deduzidos, conforme o caso, dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, em conformidade com as normas específicas. Para esse Teste, a Entidade elaborou uma metodologia que considera a melhor estimativa para todos os fluxos de caixa projetados, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de benefícios, utilizando-se de métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas projetados, os contratos são agrupados em função de similaridades, conforme o inciso IV do Art. 54 da Circular SUSEP nº 517/2015. Uma vez definidos, os fluxos são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco, de onde se calcula o resultado parcial de cada um destes grupos, e, conseqüentemente, se extrai o resultado final do TAP.

A carteira de produtos operados pela Entidade é composta por diferentes planos de previdência tradicional, dentre os quais remanesce a movimentação em planos bloqueados. Em sua operação macro, há presença de riscos nos quatro tipos de coberturas: pecúlio, pensão, aposentadoria e invalidez, cada qual com suas características peculiares e constantes dos respectivos planos de benefícios, cuja grande concentração de participantes encontra-se nos planos de pecúlio.

Para realizar o teste, foi utilizada metodologia que leva em conta elementos e bases técnicas que impactam diretamente nos fluxos de caixa dos referidos contratos, tais como, taxas de tábuas de mortalidade, índices de cancelamento de planos, opções de resgates, dentre outros. Os resultados e as conclusões em relação aos testes realizados na data base de 30/06/2018 estão expostos nas tabelas específicas denominadas “TAP - Resultados Parciais Obtidos nos Fluxos de 30/06/2018” e “TAP - Resultado Final de 30/06/2018”, destas notas explicativas.

**4 – Títulos e Valores Mobiliários**

a) Os Ativos foram enquadrados conforme a Cir. SUSEP nº 517/2015 em Títulos para Negociação e avaliados pelo valor de mercado. Todos os títulos estão vinculados à cobertura das provisões técnicas.

**Renda Fixa Privado** – Debêntures e Letras Financeiras – São demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Quotas e Fundos de Investimento Financeiro – São demonstrados pelo valor da cota patrimonial até a data do balanço.

**Renda Fixa Público** – São demonstradas pelo valor da cota patrimonial até a data do balanço.

**Renda Variável** – São demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos proporcionais ao período.

30/06/2018				31/12/2017				
APLICAÇÕES	INDEX	% INDEX	VALOR MERCADO	VALOR CURVA	INDEX	% INDEX	VALOR MERCADO	VALOR CURVA
<i>Renda Fixa - Privado</i>								
DEBENTURES	CDI	105,5/ 108,70	218	218	CDI	105,5/ 108,75	1.992	1.993
LETRAS FINANCEIRAS	CDI	104,75/ 111,00	9.219	9.205	CDI	104,70/ 111,50	11.847	11.822
<i>Quotas Fundos de Investimentos</i>								
FUNDOS			4.176	4.176			4.386	4.386
<i>Renda Fixa - Público</i>								
FUNDOS			36.210	36.210			29.104	29.104
<i>Renda Variável</i>								
<b>TOTAL</b>			49.824	49.809			47.328	47.305

\*Em milhares de reais

## **5 – Gerenciamento de Riscos**

O gerenciamento dos riscos a que a MBM Previdência Complementar está sujeita conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento destes riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos, na Auditoria Interna, bem como na Auditoria Externa terceirizada. A gestão dos riscos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação do passivo, análises de sensibilidade, cálculo de VAR e indicadores de suficiência de capital. Em síntese, a política de gerenciamento dos riscos da MBM Previdência busca aliar o cumprimento das normas exaradas pelo órgão regulador às iniciativas estruturais que objetivam um gerenciamento conservador de todos os negócios da empresa.

### **5.1 - Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é o risco associado à incapacidade da entidade saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios na transformação de um ativo em caixa necessário para saldar uma obrigação. O gerenciamento de riscos da MBM Previdência é realizado através da gestão de ativos e passivos, considerando os vencimentos. A previsão de fluxo de caixa é realizada na entidade pelo Departamento Financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A carteira de investimentos da entidade é gerida pelo Banco Cooperativo Sicredi conforme determinação do Conselho Deliberativo e Fiscal. Para a MBM Previdência o risco de Liquidez é mínimo, considerando que a sua carteira de investimentos é constituída por ativos classificados em “para negociação”.

	0-6 Meses	6-12 Meses	1-3 Anos	Acima de 3 anos	Total
Caixa, Bancos e Equivalentes de Caixa	36.424	-	-	-	36.424
Ativos financeiros Disponíveis para Venda	4.192	8.981	425	-	13.599
Título de Renda Fixa Privados	16	8.981	425	-	9.423
Quotas e Fundos de Investimentos	4.176	-	-	-	4.176
Créditos das Operações com Previdência	1.249	-	-	-	1.249
Contribuições a Receber	1.249	-	-	-	1.249
Assistência Financeira a Participantes	3.861	2.440	1.096	-	7.397
Assistência Financeira a Receber	3.861	2.440	1.096	-	7.397
<b>Total dos Ativos Financeiros</b>	<b>45.726</b>	<b>11.421</b>	<b>1.522</b>	<b>-</b>	<b>58.668</b>
Passivos Financeiros	3.213	-	-	-	3.213

Contas a Pagar	774	-	-	-	774
Débitos das operações com previdência	756	-	-	-	756
Depósitos de Terceiros	1.683	-	-	-	1.683
Provisões Técnicas Previdência	41.574	-	-	-	41.574
<b>Total dos Passivos Financeiros</b>	<b>44.787</b>	-	-	-	<b>44.787</b>

\*Em milhares de reais

## 5.2 – Risco de Crédito

A **MBM Previdência Complementar** adota política de baixo grau de exposição a risco de crédito, na medida em que opera preponderantemente com ativos financeiros classificados na Resolução CMN nº 4.444/2015 como de baixo risco, na sua grande maioria.

### Ativos Financeiros

Composição dos Ativos	Sem Rating	Com Rating	S&P	Moody's	Fich	RISKBANK
<b>Caixa e Bancos</b>	<b>214</b>	-	-	-	-	-
<b>Equivalentes de Caixa</b>	<b>36.210</b>	-	-	-	-	-
Fundos - FI RF TIT PUBLICOS	36.210	-	-	-	-	-
<b>Disponíveis para venda</b>	<b>4.176</b>	<b>9.423</b>	-	-	-	-
Letra Financeira - SANTANDER	-	1.800	brAAA	Aaa.br	-	-
Letra Financeira – BANCO ABC BRASIL S/A	-	1.199	brAA-	Aa2.br	AAA(bra)	-
Letra Financeira – BANCO DAYCOVAL S.A	-	1.561	brA+	Aa2.br	AA(bra)	-
Letra Financeira – BANCO VOTORANTIM	-	1.338	brAA-	Aa3.br	-	-
Letra Financeira - BANRISUL	-	2.221	brBB-	A1.br	Moody's	-
Letra Financeira – BANCO ALFA S.A	-	1.085	-	Aa1.br	Moody's	-
Debênture - SUL AMERICA S. A	-	202	-	-	Moody's	-
Debênture - BANCO BRADESCO	-	16	-	-	Moody's	-
Fundos - BANRI M FI REFER DI	1.812	-	-	-	-	-
Fundos - FI CAIXA BR TIT PUBL	2.364	-	-	-	-	-
<b>Contribuições a Receber</b>	<b>1.249</b>	-	-	-	-	-
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>	<b>8.933</b>	-	-	-	-	-
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>5</b>	-	-	-	-	-
<b>Exposição Máxima ao risco de crédito</b>	<b>50.787</b>	<b>9.423</b>	-	-	-	-

\*Em milhares de reais

## 5.3 – Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por um fundo ou carteira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de commodities.

No processo de gerenciamento do risco de mercado, cabe ao Banco Cooperativo Sicredi, na figura de Administrador da Carteira de Investimentos, fornecer os preços e taxas para operações marcadas a mercado e acompanhar e fiscalizar diligentemente o gerenciamento de riscos implementado na Gestão dos recursos.

Para mensurar o risco de mercado são adotadas metodologias e técnicas que permitem estimar o valor do risco incorrido em situações normais de mercado bem como em situações de estresse. Ainda, são aplicados testes de aderência nas referidas métricas, aferindo a eficácia e efetividade das técnicas frente aos resultados observados. As métricas utilizadas são:

- **Value At Risk (VaR):** O VaR é uma medida estatística que quantifica a perda máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança. O modelo utilizado é o VaR paramétrico com distribuição normal para o horizonte de um dia com um nível de confiança de 95%. É considerado o modelo de Média Móvel Exponencialmente Ponderada (EWMA) com fator de decaimento de 0,94 para o cálculo da volatilidade dos ativos e correlação entre os fatores de risco na carteira.
- **Teste de Aderência (backtest):** Elemento de validação do modelo de VaR, consiste em comparar as perdas e ganhos realizados da carteira com a perda máxima projetada pela metodologia de VaR. A comparação da frequência de perdas realizadas que excedem o VaR dá a indicação da eficiência do modelo, e da necessidade de sua reavaliação. A proporção de perdas realizadas maiores que o VaR deve ser próxima a 5% (1 – fator de confiança do modelo).
- **Teste de Estresse:** Tem como objetivo quantificar perdas em cenários extremos. A metodologia adotada é baseada em cenários históricos, isto é, são selecionados cenários considerando as variações observadas em uma data passaram com alterações expressivas nos fatores de risco. Os resultados são uma informação complementar para controlar e mitigar o risco de mercado associado ao retorno dos ativos das carteiras dos fundos.

Complementarmente, os seguintes procedimentos de gerenciamento do risco de mercado são realizados:

1. Avaliação e definição dos limites de risco de mercado;
2. Monitoria e controle diário do cumprimento dos limites.

## **5.4 Análise Qualitativa**

### **Objetivos, políticas e processos de gestão de riscos**

A Entidade atua junto ao mercado com os seguintes planos de previdência complementar:

**Bloqueados** – Proc.SUSEP 006.001411/79 (Pensão de Policial Militar/RCC, Pensão por Morte de Associado – PPM/CAP e Pecúlio Progressivo–PEC/RS).

**Novos** – Proc.SUSEP 006.001411/79 (Renda Mensal Diferida Vitalícia–AC/CAP; Pecúlio por Morte de Associado–PC/CAP; Pecúlio Série 01RS/RS e Renda Mensal Vitalícia por Morte–PE/CAP); Proc.SUSEP 001.000918/82 (Renda Mensal Vit. por Óbito–RCC/RCC); Proc.SUSEP 001.0002576/91 (Pecúlio Série 02RS/RS); Proc.SUSEP 001.006983/89 (Pecúlio Série 03RS/RS); Proc.SUSEP 10.001979/01-97 (Pecúlio MBM FLEXI/CAP) e Proc.SUSEP 15414.004232/2006-46 (Renda por Invalidez – PRI/CAP).

O modelo de negócio da Entidade busca atender a sociedade de modo geral, todavia direciona suas estratégias mais especificamente à classe de funcionários públicos vinculados à Brigada Militar do Estado do RS, objetivo maior de sua existência. Seus produtos são avaliados anualmente e tem apresentado incremento nas taxas de sinistralidade no período analisado, extraídas da relação entre benefícios pagos e contribuições, as quais atingiram indicador de 98,9% no 1º semestre de 2018, e tinham atingido 81,9% no mesmo período de 2017.

As áreas técnica-atuarial, de subscrição e de regulação são as responsáveis em auxiliar na identificação, monitoramento e mitigação dos riscos de subscrição, cujas políticas são definidas pela diretoria. A Entidade define risco como sendo aquele transferido por qualquer contrato onde haja incerteza quanto à ocorrência de um evento gerador do benefício subscrito, bem como onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante de um evento. Importante divulgar que o principal risco atinente aos seus contratos está adstrito à probabilidade de morte dos participantes, e, segundo o entendimento técnico de sua administração, é justamente nesta variável, que envolve os pagamentos dos respectivos benefícios e/ou a geração das provisões garantidoras, onde reside a possibilidade de se exceder ao valor contábil dos passivos atuariais, quando consideradas situações específicas, como, por exemplo, os benefícios oriundos de demandas judiciais contra a Entidade.

A Entidade tem sua política de riscos e a estrutura de gestão de riscos, consubstanciadas no Manual de Gestão de Riscos, elaborado segundo o preconizado na Circular SUSEP 517/15, e está atenta quanto ao treinamento de seus funcionários, principalmente no que tange aos aspectos de controles internos, mitigação de riscos e vem procurando monitorar a sua equipe de vendas, a fim de manter o seu desempenho junto ao mercado.

## **5.5 Análise Quantitativa**

### **5.5.1. Sobre os planos em operação:**

A Entidade tem sua operação praticamente fixada nos planos de pecúlio, os quais concentram seus riscos com maior ênfase, detendo um número consistente de participantes ativos em seu portfólio. Os planos atualmente em comercialização são o Pecúlio Série 03RS, estruturado no regime de Repartição Simples, e o Pecúlio Flexi, estruturado no regime de Capitalização. A Entidade não vem mais comercializando os planos de Pecúlio Séries 01RS e 02RS, assim como os planos de renda por morte, invalidez e sobrevivência, em vista do alto custo que os envolve, entretanto permanece administrando os participantes remanescentes.

### **5.5.2. Concentração de Risco e Análise de Sensibilidade**

Os planos de pecúlio representaram 96,9% da arrecadação total de contribuições da Entidade no 1º semestre de 2018, sendo 71,0% referentes aos Pecúlios 01RS, 02RS e 03RS; 25,1% ao Pecúlio Flexi/CAP e o resíduo de 0,8% referente aos demais. Já os planos de renda (pensão e aposentadoria – não comercializados) concentraram apenas 3,1% desta receita, indicador residual frente ao contexto.

Considerando-se o quantitativo em relação ao número de participantes, a Entidade possui mais de 20 mil participantes ativos, destes apenas 253 com planos de renda, confirmando a concentração em Pecúlio.

Os valores das contribuições estão assim compostos:

Planos - Coberturas	Por R\$ 1,00	
	Contribuições 1º sem/2018	Contribuições 1º sem/2017
Planos de Pecúlio/RS	5.159.593	5.319.016
Planos de Pecúlio/CAP	1.849.995	2.069.670
Planos de Pensão/RCC	223.733	224.390
Planos de Pensão/CAP	2.330	2.392

Planos de Aposent./CAP	1.740	1.823
<b>Total</b>	<b>7.237.391</b>	<b>7.617.291</b>

A concentração de riscos em vigor, considerando-se as regiões previstas na Resolução CNSP nº 321/2015, está assim distribuída:

Regiões de Risco		Contribuições	Concentração de Risco	Benefícios Pagos	Resgates Pagos
<b>Região 1</b>	AM, PA, AC, RR, AP, RO	3.983	0%	2.773	0
<b>Região 2</b>	PI, MA CE	47.415	1%	5.333	2.396
<b>Região 3</b>	PE, RN, PB, AL	146.846	2%	28.991	18.639
<b>Região 4</b>	SE, BA	140.439	2%	94.995	7.707
<b>Região 5</b>	GO, DF, TO, MT, MS	265.184	4%	98.361	16.165
<b>Região 6</b>	RJ, ES, MG	358.046	5%	113.340	41.499
<b>Região 7</b>	SP	24.789	0%	59.834	5.358
<b>Região 8</b>	PR, SC e RS	6.250.689	86%	6.756.961	406.058
<b>Total</b>		<b>7.237.391</b>	<b>100%</b>	<b>7.160.588</b>	<b>497.822</b>

A Região (8) concentrou 86% da arrecadação. Após, aparece a Região (6) com 5% da arrecadação, Região (5) com 4%, ficando as demais Regiões (7), (4), (3), (2) e (1) com o total de 5% da arrecadação. Desta forma, a Entidade permanece no 1º semestre de 2018 com o mesmo perfil de concentração de riscos observado nos períodos anteriores, estando na Região Sul (8), local de sua sede, a maior fatia de sua arrecadação.

### Análise de Sensibilidade

A Entidade utiliza as seguintes premissas atuariais para seus planos: (a) Base de dados composta por informações referentes aos seus livros oficiais, registros internos e/ou dados estatísticos do FIP, observando-se os contratos com riscos assumidos na data base; (b) Utilização de Tábuas Biométricas aprovadas pela legislação; e (c) Avaliação atuarial do seu equilíbrio.

Com o objetivo de analisarmos a sensibilidade nos resultados da Entidade, frente à oscilação em algum de seus parâmetros técnicos, optou-se por estudar a rubrica de sinistralidade e a taxa de juros garantida nos planos de renda concedida. A sinistralidade tem demonstrado tendência de incremento no comparativo deste parâmetro, conforme verifica-se no quadro abaixo, lembrando que a variação ocorrida entre o 1º semestre de 2016 e o mesmo período de 2017 foi uma exceção, em decorrência da regulação de benefícios judiciais de planos de renda:

Exercício	1º sem de 2018	1º sem. de 2017	1º sem. de 2016
Sinistralidade	98,9%	81,9%	55,8%

Esta rubrica, que envolve as despesas com benefícios e indenizações, resguardam um componente importante de sensibilidade, pois uma oscilação inesperada em seu desempenho pode ocasionar reflexos importantes nos indicadores econômicos da Entidade. Frente ao cenário apresentado, entende-se prudente, para fins do teste de sensibilidade, aplicar-se um agravamento de 15% nesta rubrica. Já em relação à taxa de juros garantida nos planos de renda, igual à 6% a.a., buscamos compatibilizá-la ao cenário econômico atual, promovendo sua redução para 5% a.a. e, com isto, recalculando as respectivas provisões matemáticas. Desta forma, ambos os parâmetros técnicos foram testados, com vistas a se verificar o reflexo no Resultado e no Patrimônio Líquido (Contábil e Ajustado) da Entidade em 30 de junho de 2018, líquido dos efeitos tributários, cujos comparativos estão dispostos a seguir:

Premissas	Por R\$ 1.000					
	Efeito no Resultado		Efeito no PLC		Efeito no PLA	
	Normal	Com efeito do teste	Normal	Com efeito do teste	Normal	Com efeito do teste
Incremento de 15% nas despesas com benefícios e indenizações	4.678	4.040	51.016	50.378	20.781	20.143
Redução de 20% na taxa de juros dos planos de renda concedida	4.678	3.872	51.016	50.210	20.781	19.975

Conforme se observa acima, o teste de sensibilidade na rubrica de sinistralidade geraria uma redução de R\$ 638 mil no

Resultado, assim como no PLC e no PLA, na data base de 30/06/2018. Da mesma forma, o teste de sensibilidade no parâmetro relacionado à taxa de juros garantida nos planos de renda (de 6% a.a. para 5% a.a.), promoveria uma redução de R\$ 806 mil no Resultado, assim como no PLC e no PLA, nesta data base. Estas situações não gerariam reflexos relevantes em seu indicador de solvência, uma vez que a Entidade apresentou Capital Mínimo Requerido de R\$ 6,2 milhões na data base, frente a um PLA (já impactado pelo efeito do teste de sensibilidade) próximo à R\$ 20 milhões, logo, permaneceria com boa margem de suficiência de PLA em relação ao seu CMR.

#### **Comportamento da provisão de sinistros a liquidar em anos posteriores aos anos de constituição:**

A tabela abaixo mostra a movimentação dos saldos desta provisão de benefícios para os planos de pecúlio:

Por R\$ 1.000

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018
<b>Saldo anterior</b>	<b>3.461</b>	<b>3.432</b>	<b>3.094</b>	<b>3.226</b>
<b>Retidos</b>	<b>7.195</b>	<b>6.936</b>	<b>7.939</b>	<b>3.787</b>
Exercício atual	6.537	6.537	6.383	3.000
Exercícios anteriores	658	399	1.556	787
<b>Pagamentos</b>	<b>7.224</b>	<b>7.274</b>	<b>7.807</b>	<b>3.902</b>
Exercício atual	5.458	5.758	5.649	2.470
Exercícios anteriores	1.766	1.516	2.158	1.432
<b>Saldo final</b>	<b>3.432</b>	<b>3.094</b>	<b>3.226</b>	<b>3.111</b>

\* Não considera valores de IBNER.

A tabela a seguir mostra o desenvolvimento de pagamentos dos benefícios de pecúlio:

Por R\$ 1.000

Período	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	30/06/2018
	5	6	7	8
<b>Provisão período anterior</b>	<b>3.461</b>	<b>3.432</b>	<b>3.094</b>	<b>3.226</b>
Pagamentos				
Até um ano mais tarde	1.346	911	1.181	607
Até dois anos mais tarde	1.770	1.467	1.352	
Até três anos mais tarde	2.206	1.574		
Até quatro anos mais tarde	2.231			

\* Não considera valores de IBNER.

#### **6. Provisões para Passivos Oriundos de Contratos de Planos de Previdência**

##### **Movimentação dos passivos dos planos de previdência**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações constantes da Resolução CNSP nº321/2015 e da Circular SUSEP nº 517/2015, cujos critérios, parâmetros, fórmulas e valores são documentados através de Notas Técnicas Atuariais (NTA), as quais são calculadas pelo Atuário Responsável Técnico e fiscalizadas pela SUSEP. As provisões relativas às datas-bases de dezembro, são devidamente auditadas pela Auditoria Atuarial Independente.

Dentre o quadro geral das provisões técnicas constituídas pela Entidade em 30/06/2018, àquelas que representam saldos relevantes, pela ordem decrescente, são as seguintes: Provisão Matemática de Benefícios Concedidos – PMBC, Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL, Provisão Matemática de Benefícios a Conceder – PMBAC, Provisão Complementar de Cobertura – PCC, Provisão de Despesas Relacionadas – PDR e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados – IBNR, cujas tabelas a seguir apresentam a movimentação de seus saldos, demonstrando sua evolução de 01/01/2017 para 30/06/2018:

**Quadro com a movimentação das provisões - Por R\$ 1.000**

Competências	PSL*	PVR	IBNR	PMBAC	PMBC	PDR	PCC	PPNG+RVNE
<b>Saldo 01/01/2017</b>	<b>13.045,7</b>	<b>217,1</b>	<b>1.476,2</b>	<b>7.954,5</b>	<b>15.825,0</b>	<b>2.616,0</b>	<b>4.606,2</b>	<b>384,7</b>
Constituições	6.023,2	87,3	384,2	127,8	418,5	1.075,3	1.032,8	59,1
Reversões	(6.038,4)	(218,8)	(693,3)	(353,2)	(915,9)	(1.279,4)	(154,5)	(66,8)
<b>Saldo 31/12/2017</b>	<b>13.030,5</b>	<b>85,6</b>	<b>1.167,1</b>	<b>7.729,1</b>	<b>15.327,6</b>	<b>2.411,9</b>	<b>5.484,5</b>	<b>377,0</b>
Constituições	43,5	263,6	25,5	121,6	155,9	126,5	0,0	37,8
Reversões	(2.724,6)	(22,2)	(310,7)	(246,6)	(461,0)	(90,5)	(882,5)	(75,8)
<b>Saldo 30/06/2018</b>	<b>10.349,4</b>	<b>327,0</b>	<b>881,9</b>	<b>7.604,1</b>	<b>15.022,5</b>	<b>2.447,9</b>	<b>4.602,0</b>	<b>339,0</b>



\*Contempla o Ajuste de IBNER.

**Quadro com a variação das provisões técnicas - Por R\$ 1.000**

Competências	PSL*	PVR	IBNR	PMBAC	PMBC	PDR	PCC	PPNG+ RVNE
31/12/2017	(15,2)	(131,5)	(309,1)	(225,4)	(497,4)	(204,1)	878,3	(7,7)
30/06/2018	(2.681,1)	241,4	(285,2)	(125,0)	(305,1)	36,0	(882,5)	(38,0)

\*Contempla o Ajuste de IBNER.

**Quadro com a movimentação da PSL de Pecúlio - Por R\$ 1.000**

PSL * 31/12/2017	Constituição	Correção	Pagamento	Reversão	PSL * 30/06/2018
3.226,2	4.333,6	41,5	(3.901,6)	(588,4)	3.111,3

\* Não considera valores de IBNER.

**7- Teste de Adequação do Passivo – TAP**

Em consonância com a Circular SUSEP n.º 517/2015, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo - TAP da MBM Previdência Complementar, cuja abrangência está vinculada aos contratos dos seus planos de previdência com riscos assumidos até a data base de 30/06/2018. O resultado do TAP, avaliado a valor presente na respectiva data base, tem como intuito constatar a necessidade ou não de se proceder a garantias financeiras complementares às provisões constituídas, com vistas a garantir plenamente os riscos assumidos em suas operações. Para sua realização, a Entidade agrupou os contratos de acordo com as características, bases técnicas e tipo de provisão de seus planos de benefício, resultando em **28 (vinte e oito) grupos**, conforme abaixo:

**Prêmios Registrados – PR (grupos de 1 à 26, exceto os grupos 22 e 23):**

- **Regime Financeiro de Capitalização - CAP**
  1. Pensão / CAP – fase de acumulação – PMBAC
  2. Aposentadoria / CAP – fase de acumulação – PMBAC
  3. Pecúlio / CAP – fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / IGPM – PMBAC
  4. Pecúlio / CAP – fase de acumulação / Tábua CSO-1958 / TR – PMBAC e PDR
  5. Pecúlio / CAP – fase de acumulação / Tábua CSO-1980 – PMBAC e PDR
  6. Aposentadoria / CAP – fase de concessão – Demais provisões
  7. Pensão / CAP – fase de concessão – Demais provisões
  8. Invalidez / CAP – fase de concessão – Demais provisões
  9. Pecúlio / CAP – fase de concessão / Tábua CSO-1958 / TR – Demais provisões
  10. Pecúlio / CAP – fase de concessão / Tábua CSO-1980 – Demais provisões
  11. Aposentadoria / CAP – fase de concessão – PMBC
  12. Pensão / CAP – fase de concessão – PMBC
  13. Invalidez / CAP – fase de concessão – PMBC
- **Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura - RCC**
  14. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / IGPM – PPNG (inclusive RVNE)
  15. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / TR – PPNG (inclusive RVNE)
  16. Pensão / RCC – fase de concessão / IGPM – Demais provisões
  17. Pensão / RCC – fase de concessão / TR – Demais provisões
  18. Pensão / RCC – fase de concessão / Outros – Demais provisões
  19. Pensão / RCC – fase de concessão / IGPM – PMBC
  20. Pensão / RCC – fase de concessão / TR – PMBC
  21. Pensão / RCC – fase de concessão / Outros – PMBC
- **Regime Financeiro de Repartição Simples - RS**
  24. Pecúlio / RS – eventos não ocorridos / IGPM – PPNG (inclusive RVNE)
  25. Pecúlio / RS – eventos não ocorridos / TR – PPNG (inclusive RVNE)
  26. Pecúlio / RS – eventos ocorridos – Demais provisões

**Prêmios Futuros – PF (grupos 22, 23, 27 e 28):**

- **Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura - RCC**

- 22. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / IGPM
- 23. Pensão / RCC – eventos não ocorridos / TR

• **Regime Financeiro de Repartição Simples - RS**

- 27. Pecúlio / RS – eventos não ocorridos / IGPM
- 28. Pecúlio / RS – eventos não ocorridos / TR

**Critérios técnicos utilizados nas projeções dos fluxos**

Para todos os grupos acima, foram feitos até 7 (sete) fluxos de caixa, os quais estão estruturados em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015, e conforme as características de cada grupo, seguindo a estrutura e premissas descritas a seguir:

**Período utilizado nas projeções:** o prazo entre a data inicial (riscos assumidos até a data base), e o final da vigência destes contratos.

**Os respectivos fluxos foram numerados de I a VII, identificados conforme abaixo:**

- **Fluxo I:** Benefícios a pagar de eventos já ocorridos;
- **Fluxo II:** Benefícios a pagar de eventos ainda não ocorridos;
- **Fluxo III:** Estimativa de contribuições futuras;
- **Fluxo IV:** Despesas administrativas, relacionadas a riscos assumidos até a data base do TAP;
- **Fluxo V:** Despesas relacionadas a benefícios;
- **Fluxo VI:** Despesas de comercialização incidentes sobre as estimativas de contribuições futuras, constantes do Fluxo III, não considerando novas vendas;
- **Fluxo VII:** Despesas com resgates e saldamentos.

Nos cálculos das estimativas correntes dos diversos fluxos de caixa, foram adotadas as seguintes **premissas e bases técnicas**:

- **Tábuas Biométricas:** Em seus principais grupamentos, para os Fluxos II e III foi adotada a tábua BR-EMS de morte, versão 2015, masculina e feminina;
- **Taxa de Juros e índice de preços:** A taxa de juros livre de risco adotada neste trabalho foi a disponibilizada pela SUSEP e pela ANBIMA ao mercado segurador, cuja aplicação na Entidade foi realizada em consonância com os índices de preços constantes dos seus respectivos contratos, ou seja, para os **Grupos 1, 2, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 20, 23, 25 e 28 a Taxa Referencial – TR**, para os **Grupos 3, 5, 10, 14, 16, 19, 22, 24, 26 e 27 o IGPM/FGV**, e para os **Grupos 8 e 13 o IPCA/IBGE**. Já para os **Grupos 18 e 21 adotou-se a taxa Pré-Fixada**, tendo em vista não haver um índice de preços específico para estes contratos, por tratar-se de benefícios reajustáveis por variação salarial, não havendo uma ETTJ correspondente;
- **Despesas administrativas:** foi adotado percentual de despesas administrativas, apurado com base na experiência da Entidade.
- **Persistência:** para seus principais grupos, foram adotadas as seguintes taxas de cancelamento de contratos, de acordo com a base histórica dos últimos 5 anos dos planos envolvidos: 38% a.a. para o Grupo 5 e 6% a.a. para os Grupos 27 e 28.
  - **Método de apuração:** Do valor presente obtido em decorrência dos fluxos de caixa realizados para cada um dos agrupamentos da Entidade, foram subtraídos os saldos contábeis das provisões técnicas, em conformidade com o disposto artigo 52 da Circular SUSEP nº 517/2015, deduzidos, se for o caso, dos Custos de Aquisição Diferidos-CAD e dos Ativos Intangíveis diretamente relacionados às respectivas provisões, gerando, a partir daí os resultados parciais para cada grupo.
  - Após a apuração destes resultados parciais, considerando que o objetivo maior do TAP está relacionado à solvência da Entidade, fizemos a compensação dos resultados, conforme previsto na Circular mencionada, reagrupando-os pelo critério de similaridade técnica – “Grupos de Compensação”, cujo resultado consolidado, se positivo, deverá ser reconhecido na PCC ou em forma de ajuste na própria provisão que o originou, conforme o caso. Por fim, do resultado encontrado será deduzida a “Mais Valia” (se houver), que é a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria “mantido até o vencimento”, até o limite do resultado encontrado.

Seguem, na tabela abaixo, os resultados parciais do TAP realizados na data base.

**TAP - Resultados Parciais Obtidos nos fluxos de 30/06/2018:**

por R\$ 1,00

GRUPO	VP - Fluxos de Caixa	Provisões Técnicas em 30/06/2018*	CAD e/ou Ativos Intangíveis	Resultados Parciais
1 - Pensão CAP fase de acumulação (PMBAC)	(10.394,49)	163.742,05	0,00	(163.742,05)
2 - Aposentadoria CAP fase de acumulação (PMBAC)	510.585,65	468.262,98	0,00	42.322,67



GRUPO	VP - Fluxos de Caixa	Provisões Técnicas em 30/06/2018*	CAD e/ou Ativos Intangíveis	Resultados Parciais
3 - Pecúlio CAP fase de acumulação Tábua CSO-1958 IGPM (PMBAC)	8.133,92	17.292,19	0,00	(9.158,27)
4 - Pecúlio CAP fase de acumulação Tábua CSO-1958 TR (PMBAC e PDR)	552.901,89	1.475.525,11	0,00	(922.623,22)
5 - Pecúlio CAP fase de acumulação Tábua CSO-1980 (PMBAC e PDR)	507.491,39	5.889.401,17	0,00	(5.381.909,78)
6 - Aposentadoria CAP fase de concessão (Demais prov.)	149,79	50.098,56	0,00	(49.948,77)
7 - Pensão CAP fase de concessão (Demais prov.)	27.574,88	23.823,36	0,00	3.751,52
8 - Invalidez CAP fase de concessão (Demais prov.)	59.791,25	56.556,92	0,00	3.234,33
9 - Pecúlio CAP fase de concessão Tábua CSO-1958 TR (Demais prov.)	236.466,10	55.149,30	0,00	181.316,80
10 - Pecúlio CAP fase de concessão Tábua CSO-1980 (Demais prov.)	180.762,48	1.954.687,69	0,00	(1.773.925,21)
11 - Aposentadoria CAP fase de concessão (PMBC)	1.462,39	1.309,82	0,00	152,57
12 - Pensão CAP fase de concessão (PMBC)	270.202,37	255.893,17	0,00	14.309,20
13 - Invalidez CAP fase de concessão (PMBC)	149.991,67	172.672,70	0,00	(22.681,03)
14 - Pensão RCC eventos não ocorridos IGPM (PPNG)	0,00	62,62	0,00	(62,62)
15 - Pensão RCC eventos não ocorridos TR (PPNG)	0,00	1.139,25	0,00	(1.139,25)
16 - Pensão RCC fase de concessão IGPM (Demais prov.)	7.652,48	1.481,98	0,00	6.170,50
17 - Pensão RCC fase de concessão TR (Demais prov.)	4.605.301,76	6.391.765,95	0,00	(1.786.464,19)
18 - Pensão RCC fase de concessão Outros (Demais prov.)	2.028.243,21	2.536.095,18	0,00	(507.851,97)
19 - Pensão RCC fase de concessão IGPM (PMBC)	70.295,48	33.411,73	0,00	36.883,75
20 - Pensão RCC fase de concessão TR (PMBC)	13.636.698,97	10.261.865,68	0,00	3.374.833,29
21 - Pensão RCC fase de concessão Outros (PMBC)	5.495.892,05	4.297.350,91	0,00	1.198.541,14
22 - Pensão RCC eventos não ocorridos IGPM (PF)	(141.415,64)	0,00	0,00	(141.415,64)
23 - Pensão RCC eventos não ocorridos TR (PF)	(1.419.248,74)	0,00	0,00	(1.419.248,74)
24 - Pecúlio RS eventos não ocorridos IGPM (PPNG)	106.901,87	299.210,62	0,00	(192.308,75)
25 - Pecúlio RS eventos não ocorridos TR (PPNG)	143.828,11	38.538,25	0,00	105.289,86
26 - Pecúlio RS eventos ocorridos (Demais prov.)	2.267.344,09	2.526.488,73	0,00	(259.144,64)
27 - Pecúlio RS eventos não ocorridos IGPM (PF)	(25.980.804,64)	0,00	0,00	(25.980.804,64)
28 - Pecúlio RS eventos não ocorridos TR (PF)	171.109,60	0,00	0,00	171.109,60

\*Exceto a PCC, se houver.

#### TAP - Resultado Final de 30/06/2018:

por R\$ 1,00

GRUPO DE COMPENSAÇÃO	Nº do Grupo	Resultados Finais
Eventos Ocorridos / Rendas – Demais provisões	6, 7, 8, 16, 17 e 18	(2.331.108,58)
Eventos Ocorridos / Pecúlios – Demais provisões	9, 10 e 26	(1.851.753,05)
Eventos Não Ocorridos / CAP – PMBAC	1, 2, 3, 4 e 5	(6.435.110,65)
Eventos Não Ocorridos / RS e RCC – PPNG	14, 15, 24 e 25	(88.220,74)
Eventos Não Ocorridos / RS e RCC (PF)	22, 23, 27 e 28	(27.370.359,42)
Eventos Ocorridos / Rendas – PMBC	11, 12, 13, 19, 20 e 21	4.602.038,92

**Conclusão:** Os resultados finais do TAP, cujos parciais obtidos foram compensados entre os seis grupos da tabela imediatamente acima, demonstraram necessidade de se constituir provisão complementar apenas para o grupo “Eventos Ocorridos / Rendas – PMBC”. O complemento de provisão se deve principalmente à diferença de longevidade existente entre as tábuas biométricas adotadas na constituição da PMBC dos planos (basicamente a CSO 58) e a tábua biométrica utilizada na apuração do TAP (BR EMS 2015), cujo valor totalizou R\$4.602.038,92, o qual será constituído pela Entidade na data base de 30/06/2018, na rubrica PCC-PMBC. Por fim, informamos que não identificou-se valor de “Mais Valia” para o período.

#### Divulgações adicionais requeridas pela Circular SUSEP nº 517/2015

##### **Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos.**

A seguir apresenta-se um quadro com os principais parâmetros dos produtos operados pela Entidade, posicionado em

30/06/2018:

Produtos	Tábua Biométrica	Taxa de Juros	Carregamento
Renda Mensal Diferida Vitalícia – AC	AT-1949 M	6% ao ano	29,98%
Renda por Invalidez – PRI	AT-1983 M / IAPC e Álvaro Vindas	6% ao ano	30,00%
Pecúlio por Morte – PC	CSO – 1958 M	6% ao ano	29,98%
Renda Mensal Vitalícia por morte - PE	CSO – 1958 M	6% ao ano	29,98%
Renda Mensal Vitalícia p/óbito – RCC	CSO – 1958 M	6% ao ano	25,07%
Pecúlio Série 01RS	CSO – 1958 M	6% ao ano	25,07%
Pecúlio Série 02RS	CSO – 1958 M	6% ao ano	30,00%
Pecúlio Série 03RS	CSO – 1958 M	6% ao ano	30,00%
Pecúlio Flexi Capitalização	CSO - 1980 M	6% ao ano	30,00%

### **8 – Quadro de Movimentações das Aplicações Financeiras**

	Saldo Anterior		Aplicação	Resgate	Atualização	Saldo Final	
	31/12/2016	50.542				31/12/2017	48.602
Aplicações Financeiras	31/12/2016	50.542	43285	49.870	4.645	31/12/2017	48.602
	31/12/2017	48.602	20.670	20.961	1.498	30/06/2018	49.809

\*Em milhares de reais

### **9 – Tabela de desenvolvimento de provisões judiciais**

Para as contingências da entidade classificadas pela Assessoria Jurídica como perdas potenciais foram constituídas provisões de acordo com os critérios e exigências adotados pela SUSEP, e são julgadas suficientes para o caso de eventuais perdas. Estas contingências são de natureza cível e trabalhista e estão assim classificadas:

	SALDO ANTERIOR		TOTAL PAGO	QTD DE AÇÕES PAGAS	NOVA CONSTITUIÇÃO	ALTERAÇÃO DE ESTIMATIVA	BAIXA DA PROVISÃO	SALDO FINAL	
	31/12/2016	195						31/12/2017	214
CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS	31/12/2016	195	4	2	0	23	0	31/12/2017	214
	31/12/2017	214	0	0	0	-10	0	30/06/2018	204
CONTINGÊNCIAS CÍVEIS	31/12/2016	839	415	18	59	563	0	31/12/2017	1.046
	31/12/2017	1.046	5	10	112	-620	0	30/06/2018	532

\*Em milhares de reais

### **10 – Investimentos Relevantes**

Participação na seguinte controlada: MBM Seguradora S/A (98,41 %) com Capital Social de R\$ 13.218, Patrimônio Líquido de R\$ 31.095.480,70, com 28.958.021 ações ordinárias e preferenciais. No semestre de 2018, a MBM Previdência obteve um resultado líquido na equivalência patrimonial de R\$ 1.592.751,99.

### **11 – Depósitos de Terceiros**

Arrecadação de Contribuições Recebidas	30/06/2018	31/12/2017
De 01 a 60 dias	1.683	2.184

<b>Saldo</b>	<b>1.683</b>	<b>2.184</b>
--------------	--------------	--------------

\*Em milhares de reais

## 12 – Passivo Contingente

A entidade é parte passiva em processos judiciais envolvendo ações cíveis e trabalhistas. Na forma preconizada na Subseção XXIII – Das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Artigo 192 à Cir. SUSEP nº 517/2015, e com fundamento nas disposições constantes do Pronunciamento CPC nº 25, fixou-se os critérios para o reconhecimento do risco, os quais estão descritos em Nota Técnica. A estimativa do valor para fazer face às prováveis perdas futuras que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, inicialmente, é pelo valor contratado. A posição dos passivos contingentes em 30/06/2018 é a seguinte:

### Passivo Contingente

	<b>Qtd.</b>	<b>Estimativa</b>
Demandas Trabalhistas	6	
Demandas Cíveis	50	175
Demandas Sinistros	84	1.913
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>2.088</b>

\*Em milhares de reais

## 13 – Detalhamento das Contas de Resultado

<b>Detalhamento de Resultado</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017</b>
<b>a) Despesas Administrativas</b>	<b>6.732</b>	<b>4.530</b>
Despesas com pessoal próprio	3.706	2.308
Despesas com serviços de terceiros	1.174	902
Despesas com localização e funcionamento	780	671
Despesas com publicidade e propaganda	21	14
Despesas com tributos	838	410
Despesas com publicações	85	62
Despesas com donativos e contribuições	38	40
Outras despesas administrativas	90	122
<b>b) Rendas c/ Taxas de Gestão</b>	<b>(826)</b>	<b>(849)</b>
Rendas com taxa de gestão e outras taxas	(826)	(849)
<b>c) Despesas com Benefícios</b>	<b>4.257</b>	<b>6.150</b>
Despesas com benefícios retidas	4.542	6.530
Varição da provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	(285)	(380)
<b>d) Receitas e Despesas Operacionais</b>	<b>(527)</b>	<b>122</b>
Outras receitas operacionais	(29)	(65)
Outras despesas operacionais	(498)	187
<b>e) Despesas de Comercialização</b>	<b>611</b>	<b>692</b>
Despesas de corretagem e agenciamento	311	364
Despesas de custeamento de vendas	300	328
<b>f) Despesas Financeiras</b>	<b>330</b>	<b>3.841</b>
Despesas com títulos de renda variável	-	-
Despesas financeiras com renda fixa	6	193
Despesas financeiras com provisões técnicas - previdência complementar - planos bloqueados	(10)	16
Despesas financeiras com provisões técnicas - previdência complementar - planos não bloqueados	405	2.799
Outras despesas financeiras	(72)	832
<b>Receitas financeiras</b>	<b>(5.514)</b>	<b>(5.137)</b>
Receitas de aplicações no mercado aberto	(933)	(1.661)
Receitas com títulos de renda fixa privados	(444)	(963)
Receitas com empréstimos	(1.572)	(2.299)
Outras receitas financeiras	(2.565)	(214)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>(1.630)</b>	<b>(2.250)</b>
Receitas c/ imóveis de renda	(85)	(104)
Ajustes de investimentos em controladas e coligadas	(1.593)	(2.197)
Despesas c/ imóveis destinados à renda ou venda	48	51

<b>Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes</b>	-	<b>(203)</b>
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	-	(203)

\*Em milhares de reais

#### **14– Demonstração – Patrimônio Líquido Ajustado**

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Patrimônio Líquido	51.017	46.338
Participações coligada e controladas em empresas financeiras	30.933	33.931
Despesas antecipadas	5	7
Ativos Intangíveis	2	2
Ajustes Variação Valores Econômicos	705	738
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>20.781</b>	<b>13.136</b>

\*Em milhares de reais

#### **15 – Capital de Risco e Capital Mínimo Requerido**

De acordo com a Resolução CNSP 321 de 15/07/2015, a MBM Previdência Complementar calculou os seus capitais de riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, bem como seu capital mínimo requerido.

Conforme o Anexo XXIII, art. 2º, o capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual à zero.

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Capital Base</b>	-	-
<b>Capital de Risco (CR)</b>	<b>6.207</b>	<b>7.519</b>
Capital de risco de subscrição	4.215	5.121
Capital de risco de crédito	1.960	2.519
Capital de risco operacional	37	38
Capital de risco de mercado	1.709	1.850
Benefício da diversificação	(1.715)	(2.009)
<b>Capital Mínimo Requerido</b>	<b>6.207</b>	<b>7.519</b>
<b>Patrimônio Líquido ajustado</b>	<b>20.781</b>	<b>13.136</b>
<b>Suficiência/Insuficiência</b>	<b>14.574</b>	<b>5.617</b>

\*Em milhares de reais

#### **16 - Cobertura das Provisões Técnicas**

No período de 2018, os ativos vinculados à SUSEP, para garantia de Provisões Técnicas da sociedade, líquidas de Depósitos Judiciais Redutores, encontram-se cobertas pelos seguintes títulos e bens; conforme a Resolução nº 4.444 de 13/11/2015 do Conselho Monetário Nacional e a Cir. SUSEP nº 517/2015.

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>41.574</b>	<b>45.613</b>
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>3.082</b>	<b>2.678</b>
<b>Provisões para cobertura</b>	<b>38.492</b>	<b>42.935</b>
<b>Ativos Garantidores</b>	<b>49.809</b>	<b>48.602</b>
Debêntures	218	1.993
Fundos de Investimento - FIRF	36.210	29.104
Depósito a Prazo - CDB	-	1.297
FI Caixa BR Tit. Publ	2.364	2.295
Quotas e Fundos de Investimento Banrisul	1.812	2.091
Outros Títulos Renda Variável	-	-
Letras Financeiras - LF	9.205	10.745
Letras Financeiras Subordinadas - LF	-	1.077
Imóveis	-	-
<b>Suficiência</b>	<b>11.317</b>	<b>5.667</b>

\*Em milhares de reais

## **16.1 – Liquidez em relação ao Capital de Risco**

A Resolução CNSP nº 321/2015, alterada pela Resolução CNSP nº 360/2017, determina que a Entidade apresente liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas, status este atingido com suficiência pela Entidade.

## **17 – Redução ao Valor Recuperável**

A entidade revisa, mensalmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

<b>11419 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL</b>	
Provisão Perda Devedores Duvidosos Alugueis	68
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>

\*Em milhares de reais

## **18 – Transações com Partes Relacionadas**

As operações com partes relacionadas são feitas exclusivamente com a sua Controlada MBM Seguradora S.A. A principal transação é:

### **1. Despesas administrativas recebidas pela utilização da estrutura de pessoal;**

	<b>30/06/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>	<b>265</b>	<b>151</b>
Outros Créditos a Receber	265	151
<b>Passivo</b>	<b>756</b>	<b>691</b>
Outras Obrigações a Pagar	756	691
<b>Resultado</b>	<b>(1.785)</b>	<b>(1.738)</b>
Despesa com folha de pagamento	(2.611)	(3.088)
Receita com pró-labore	826	1.350

\*Em milhares de reais

Porto Alegre, 10 de agosto de 2018.

Paulo Benhur de Oliveira Costa  
Diretor Presidente  
CPF 369.900.780-49

João Luis Macedo Abbott  
Diretor Operacional  
CPF 421.699.920-49

Luiz Eduardo Dilli Gonçalves  
Diretor Comercial  
CPF 400.624.730-34

Paulo Fernando Hendges  
Diretor Administrativo -Financeiro  
CPF 375.460.660-34

Valesca Ongaratto Deorristte  
Contadora CRC/RS 079464  
CPF 933.291.560-15

---

Alexandre Turk de Almeida  
Atuário Responsável Técnico  
ALM Consultoria e Auditoria Atuarial S/S Ltda – CIBA Nº 102  
CNPJ 08.614.081/0001-21



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Conselheiros da

**MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Porto Alegre – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base

no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato.  
Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

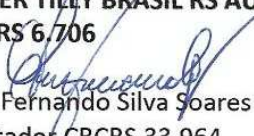


- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, como objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a MBM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante os nossos trabalhos não identificamos deficiências nos controles internos.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2018.

**BAKER TILLY BRASIL RS AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRCRS 6.706**

  
Luiz Fernando Silva Soares  
Contador, CRCRS 33.964  
Responsável Técnico